

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a outorga onerosa, precedida de licitação, para concessão de uso de áreas públicas temporárias destinadas à instalação, organização e exploração comercial de estandes e espaços de exposição durante a 40ª Festa Nacional do Colono, que ocorrerá de 23 a 26 de julho de 2026, no Parque Municipal do Agricultor Gilmar Graf, em Itajaí/SC, de acordo com o croqui do evento, os segmentos autorizados e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1. Tipo de objeto

Outorga onerosa de uso de bem público com encargos

1.2. Especificações e quantidades

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTE	V. TOTAL
1	Outorga onerosa, precedida de licitação, para concessão de uso qualificada de áreas públicas temporárias destinadas à instalação, organização e exploração comercial de estandes e espaços de exposição durante a 40ª Festa Nacional do Colono, que ocorrerá de 23 a 26 de julho de 2026, no Parque Municipal do Agricultor Gilmar Graf, em Itajaí/SC	serviço	01	R\$ 23.166,66

Quantitativo	Descrição
01	Área de 500 m², correspondente à área 01 do croqui, destinada à feira comercial de artigos diversos.
01	Área de 300 m², correspondente às áreas 05 e 06 do croqui, destinada à comercialização de móveis e artigos correlatos.
02	Áreas de 500 m² cada, correspondentes às áreas 03 e 04 do croqui, destinadas à exposição de tratores, máquinas, implementos agrícolas, drones e novidades tecnológicas, acrescidas de 01 área acessória aproximada de 300 m² para máquina agrícola de grande porte.
01	Área de 3.500 m², correspondente à área 02 do croqui, destinada à exposição de caminhões e veículos automotores em geral.

Memória de cálculo e premissas: a estimativa física decorre diretamente do croqui oficial do evento e compreende, ao todo, aproximadamente 5.600 m² de áreas disponibilizadas para exploração econômica temporária, assim distribuídos: 500 m² + 300 m² + 1.000 m² + 300 m² + 3.500 m². As áreas 03 e 04 possuem a mesma destinação operacional e foram agrupadas por identidade funcional. A área acessória de 300 m² integra a operação do item 03, sem individualização autônoma do objeto.

Interdependências: o presente objeto relaciona-se ao croqui da festa, ao planejamento geral do evento e às providências institucionais de licenciamento e fiscalização. Não abrange, por si só, a totalidade da segurança, limpeza, comunicação e demais serviços gerais da Festa Nacional do Colono, que podem ser

objeto de instrumentos próprios. A presente modelagem busca evitar sobreposição indevida, concentrando-se na ocupação e estrutura local dos espaços outorgados.

Por se tratar de outorga onerosa de concessão de uso de bem público, o presente item corresponde à estimativa da receita mínima da outorga, e não à estimativa de despesa da Administração.

O valor mínimo estimado da contratação é de R\$ 23.166,66 (vinte e três mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavo), baseado em estimativa da contratação da mesma concessão na edição anterior da festa (contrato 081/2025) e levantamento do mercado.

ESTANDES PARA A FEIRA COMERCIAL:

- 01 área de 500 m², identificada como área 01 no croqui, destinada à feira comercial de artigos diversos;
- 01 área de 300 m², correspondente às áreas 05 e 06 do croqui, destinada à comercialização de móveis e artigos correlatos em geral.

Dos segmentos para a Feira Comercial (rol exemplificativo, não taxativo):

- artigos de jardinagem e/ou agropecuários (sementes, substratos, vasos, fertilizantes etc.), exceto mudas e agrotóxicos;
- artigos de caça e pesca;
- artigos para pet shop, exceto animais;
- artigos de vestuário;
- vinhos, sucos, licores e doces;
- artigos tradicionalistas;
- artigos de cutelaria;
- móveis em geral;
- mudas frutíferas e ornamentais;
- outros itens afins que não conflitem com outras vendas autorizadas, mediante anuência prévia da SEAGRU.

A concessionária deverá arcar com a totalidade dos custos atinentes à instalação das tendas necessárias e da infraestrutura local de energia elétrica, água e internet vinculada às áreas exploradas. As estruturas temporárias deverão ser aprovadas previamente pela SEAGRU.

FEIRA DE EXPOSIÇÃO DE TRATORES, MÁQUINAS, DRONES E TECNOLOGIA:

- 02 áreas de 500 m² cada, identificadas como áreas 03 e 04 do croqui, destinadas à exposição de tratores, máquinas e implementos agrícolas, além de drones e novidades tecnológicas voltadas à agricultura e à cidade;
- 01 área acessória aproximada de 300 m², de uso exclusivo para máquina agrícola de grande porte, com localização a ser definida em conjunto com a SEAGRU.

A concessionária deverá providenciar, quando necessário, as tendas e demais estruturas temporárias necessárias às áreas exploradas, bem como a infraestrutura local de energia elétrica, água e internet, observadas as aprovações prévias da Administração.

FEIRA DE EXPOSIÇÃO DE CAMINHÕES E VEÍCULOS:

- 01 área de 3.500 m², identificada como área 02 do croqui, destinada à exposição de caminhões e veículos automotores em geral.

A concessionária deverá, igualmente, suportar os custos de estruturação local e observar as diretrizes da fiscalização da SEAGRU quanto à ocupação e à segurança do espaço.

1.3. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3.1. O objeto consiste em outorga onerosa de uso de bem público, com encargos acessórios de instalação e infraestrutura temporária, vinculada a evento certo e determinado. Não se trata de aquisição ou de prestação de serviço comum remunerada pela Administração, mas de delegação temporária de uso qualificado de áreas públicas, com exploração econômica por conta e risco da concessionária.

1.4. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4.1. A execução é não contínua, por escopo e por evento, compreendendo: planejamento operacional, aprovação do plano de ocupação, montagem das estruturas temporárias, exploração dos espaços durante a Festa Nacional do Colono e posterior desmobilização/restituição das áreas.

Da aplicabilidade da Lei Municipal nº 7.785/2025

TRATAMENTO EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS

[NÃO]

SUBCONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

[NÃO]

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A outorga pretendida busca disciplinar a ocupação temporária de espaços públicos relevantes à 40ª Festa Nacional do Colono, assegurando que a feira comercial e as exposições ocorram com padronização mínima, adequada infraestrutura local e clara responsabilização perante a Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana. A modelagem favorece o desenvolvimento econômico do evento e a valorização das atividades rurais e tecnológicas, ao mesmo tempo em que reduz o ônus operacional direto da Administração.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

A seleção do concessionário será realizada por PREGÃO ELETRÔNICO.

O critério de julgamento será o da MAIOR OFERTA GLOBAL PELA OUTORGA ONEROSA, observadas as obrigações mínimas de implantação, operação e restituição das áreas previstas no edital e neste Termo de Referência.

Estas modalidade e critério de julgamento se justificam pela natureza do objeto, consistente na concessão de uso qualificada, temporária e onerosa de áreas públicas destinadas à instalação, organização e exploração comercial de estandes e espaços de exposição durante a 40ª Festa Nacional do Colono.

Embora se trate de ajuste destinado à geração de receita pública, o objeto apresenta parâmetros objetivos, padronizados e previamente definidos neste Termo de Referência e no Edital, especialmente quanto à delimitação das áreas, às condições mínimas de implantação, operação, exploração, manutenção, desmobilização e restituição dos espaços públicos, permitindo a formulação de propostas em ambiente competitivo e isonômico.

A utilização do pregão, em sua forma eletrônica, mostra-se adequada porque viabiliza ampla competitividade, transparência, eficiência administrativa e disputa sucessiva de lances, apta a maximizar a vantagem econômica em favor da Administração, mediante a seleção da proposta que ofereça a maior contrapartida financeira pela outorga, sem prejuízo do atendimento integral das exigências técnicas e operacionais mínimas fixadas no instrumento convocatório.

Assim, a escolha da modalidade prestigia os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, competitividade, isonomia, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mostrando-se compatível com a natureza do objeto e com a finalidade pública da contratação.

É pertinente ainda lembrar que a contratação deste mesmo objeto na edição do ano de 2025 também ocorreu por pregão eletrônico (PE 059/2025)

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Será aceita a proposta que: (i) atenda integralmente ao objeto e às condições deste Termo de Referência; (ii) apresente valor global de outorga igual ou superior ao valor mínimo definido no edital com base em estudo de viabilidade econômico-financeira; e (iii) não contenha restrições incompatíveis com o regime jurídico da outorga.

4.2. Serão exigidas amostras?

(X) Não

4.3. Será exigida garantia de proposta?

(X) Não

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação, em consonância com os arts. 62, 67 e 69 da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentar, quando convocado, os documentos abaixo, sem prejuízo de outros previstos no Edital e seus anexos.

5.2. Habilitação jurídica (art. 62, inciso I):

- ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com suas alterações e, quando for o caso, prova de eleição/posse de administradores;
- registro comercial, no caso de empresário individual;
- inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

5.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista (art. 62, inciso III):

- prova de inscrição no CNPJ;
- regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- regularidade relativa ao FGTS;
- certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT;
- declaração de cumprimento do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

5.4. Qualificação técnica (art. 62, inciso II, e art. 67):

5.4.1 atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência anterior compatível com gestão, organização, exploração comercial ou operação de feiras, exposições, eventos setoriais ou ocupação organizada de espaços de porte semelhante. Deverá demonstrar experiência específica em montagem de estruturas temporárias em operação de eventos de porte semelhante ao objeto deste certame;

5.4.2 declaração de disponibilidade de equipe, estrutura e recursos materiais compatíveis com a implantação e a operação das áreas outorgadas;

5.5.3 indicação de responsável técnico legalmente habilitado apenas para as estruturas ou instalações que, por lei ou norma técnica, demandem ART ou RRT, admitida a comprovação por vínculo atual ou compromisso de contratação futura, na forma do edital.

5.5. Qualificação econômico-financeira (art. 62, inciso IV, e art. 69):

- balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei;
- certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- demais comprovações econômico-financeiras previstas no edital, desde que justificadas e compatíveis com o objeto.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de execução: a execução compreenderá o período entre a assinatura do contrato e a completa desmobilização das áreas, observando-se o cronograma aprovado pela SEAGRU. A operação dos espaços ocorrerá de 23 a 26 de julho de 2026, devendo as estruturas e o plano de ocupação ser apresentados e aprovados com antecedência compatível, observado o parâmetro mínimo de 30 dias antes do evento para as tendas e estruturas temporárias. A desmontagem e a restituição das áreas deverão ocorrer no prazo fixado pela fiscalização, preferencialmente em até 5 dias úteis após o encerramento do evento.

6.2. Endereço do local de execução e identificação da Secretaria responsável: Parque Municipal do Agricultor Gilmar Graf, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana, situado na Rua Mansueto Felizardo Vieira, nº 557, bairro Baía, Itajaí/SC.

6.3. Garantia contratual:

(X) Não

6.4. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica.

(X) Sim

6.4.1 manutenção das condições de segurança, estabilidade e funcionamento das estruturas temporárias e da infraestrutura local durante todo o evento;

6.4.2 correção imediata, sem ônus para a Administração, de falhas que representem risco ou prejudiquem o funcionamento regular dos espaços;

6.4.3 substituição ou reparo das estruturas, instalações e equipamentos defeituosos dentro do prazo fixado pela fiscalização, de acordo com a natureza da ocorrência;

6.4.4 reparação de danos causados às áreas públicas ou a terceiros em razão da execução do objeto.

6.4.5 Contratação de seguro de responsabilidade civil.

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Obrigações da Concessionária:

7.1.1 executar o objeto de acordo com o edital, o contrato, o croqui, o regulamento do evento e o plano de ocupação aprovado pela SEAGRU;

7.1.2 recolher a outorga onerosa na forma e prazos estabelecidos no edital e no contrato, como condição para a imissão na posse qualificada das áreas;

7.1.3 instalar, às suas expensas, as tendas, estandes e demais estruturas temporárias necessárias à exploração das áreas outorgadas, observados os padrões de segurança, estabilidade, acessibilidade e funcionalidade exigidos no edital, no contrato e na legislação aplicável;

7.1.4 implantar, às suas expensas, a infraestrutura interna necessária ao funcionamento das áreas concedidas, a partir dos pontos de entrega disponibilizados pela Administração, compreendendo, quando cabível, redes, cabeamento, quadros, extensões, tubulações, conexões, equipamentos, dispositivos de proteção, distribuição e demais elementos necessários ao fornecimento e uso de energia elétrica, água e internet no interior da área explorada;

7.1.5 considerar-se-ão como pontos de entrega da infraestrutura aqueles previamente indicados pela Administração no croqui, plano de ocupação, edital, contrato ou em orientação formal da fiscalização, competindo à concessionária toda a implantação, operação, adequação técnica, distribuição interna, manutenção e retirada das instalações realizadas a partir desses pontos;

7.1.6 responsabilizar-se, às suas expensas, pelas ligações, derivações, adaptações, ramificações e adequações técnicas internas necessárias ao atendimento dos expositores e usuários das áreas sob sua gestão, inclusive quanto à compatibilidade de carga elétrica, pontos de iluminação, tomadas, abastecimento de água, rede lógica, equipamentos de conectividade e demais necessidades operacionais do espaço concedido;

- 7.1.7 obter, às suas expensas, as autorizações, licenças, ART/RRT e demais documentos exigíveis para as estruturas, instalações e atividades que estejam sob sua responsabilidade direta, inclusive aqueles relacionados à infraestrutura temporária de energia, água e internet, quando legal ou tecnicamente exigidos;
- 7.1.8 executar as instalações sob sua responsabilidade em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, com os padrões exigidos pelos órgãos competentes, pela concessionária ou prestadora do respectivo serviço e pelas determinações da fiscalização do evento, utilizando materiais adequados, seguros e compatíveis com a carga, demanda e finalidade de uso;
- 7.1.9 manter equipe técnica ou operacional apta a acompanhar a implantação, funcionamento, manutenção corretiva e preventiva e eventual desmobilização da infraestrutura sob sua responsabilidade durante todo o período de montagem, realização e desmontagem do evento;
- 7.1.10 organizar e alocar os expositores apenas nos segmentos autorizados, vedada a ocupação por atividade não permitida ou conflitante com outras concessões do evento;
- 7.1.11 manter equipe de apoio e atendimento compatível com a operação dos espaços durante todo o período do evento;
- 7.1.12 preservar a limpeza, a conservação e a integridade das áreas outorgadas, providenciando a adequada destinação dos resíduos gerados;
- 7.1.13 assumir a responsabilidade civil, trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial decorrente da execução do objeto;
- 7.1.14 ressarcir a Administração ou terceiros por eventuais danos causados por seus prepostos, expositores, estruturas ou instalações sob sua responsabilidade;
- 7.1.15 admite-se a subcontratação parcial de parcelas acessórias ou especializadas do objeto, inclusive serviços técnicos complementares de montagem e infraestrutura, desde que não abarque a gestão integral da outorga, permaneça sob responsabilidade exclusiva da concessionária e seja comunicada à fiscalização, na forma do edital e do contrato;
- 7.1.16 promover a desmobilização e a restituição das áreas ao término da exploração, com a retirada integral das estruturas, equipamentos, redes e instalações implantadas sob sua responsabilidade, restituindo os espaços no estado em que os recebeu, ressalvado o desgaste natural do uso regular.

7.2. Obrigações da Administração:

- 7.2.1 disponibilizar as áreas previstas no croqui e prestar as informações necessárias à execução do objeto;
- 7.2.2 analisar e aprovar, quando cabível, o plano de ocupação, o layout e as estruturas temporárias propostos pela concessionária;
- 7.2.3 fiscalizar a execução contratual sob os aspectos técnico, administrativo e operacional, anotando ocorrências e determinando correções quando necessárias;
- 7.2.4 aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de inadimplemento;
- 7.2.5 emitir ou disponibilizar as orientações necessárias ao recolhimento da outorga e ao acompanhamento do contrato.

8. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

8.1. A presente contratação será formalizada por:

(X) Contrato administrativo.

A vigência contratual abrangerá ter o prazo de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, incluindo neste período a fase preparatória, a operação dos espaços durante a 40ª Festa Nacional do Colono e a desmobilização final, estendendo-se até o cumprimento integral das obrigações assumidas, inclusive restituição das áreas e quitação da outorga.

8.2. Gestão e Fiscalização:

- Gestor do contrato: Flavia Cristina Fanta Sehn;
- Fiscal de gestão do contrato: Claudio Roberto Schaeffer - Matrícula 2669501;

- Fiscal de execução do contrato: Ironi Vilton Meneghetti - Matrícula 2679201.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E RECOLHIMENTO DA OUTORGA

9.1. Não haverá pagamento da Administração à concessionária pelo objeto principal, por se tratar de outorga onerosa de uso de bem público. A ocupação e exploração das áreas ficam condicionadas ao recolhimento da outorga na forma, nos prazos e na sistemática definidos no edital e no contrato.

9.2. Para fins de acompanhamento contratual, a fiscalização certificará as etapas essenciais de: (i) aprovação do plano de ocupação; (ii) montagem das estruturas e disponibilidade das áreas para operação; (iii) funcionamento regular durante o evento; e (iv) desmobilização e restituição final das áreas.

10. RECEBIMENTO

10.1. O recebimento provisório ocorrerá mediante vistoria das áreas e das estruturas temporárias antes da abertura do evento, verificação de exequibilidade do objeto licitado com verificação da conformidade com o plano aprovado e com as condições mínimas de segurança e operação. Deverá existir a análise e atesto de cumprimento técnico mínimo da proposta.

10.2. O recebimento definitivo ocorrerá após o encerramento do evento, a desmobilização integral das estruturas, a restituição adequada das áreas e a verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

10.3. Constatadas irregularidades na montagem, na operação ou na restituição das áreas, a concessionária será notificada para correção no prazo compatível com a natureza da ocorrência, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11. REAJUSTE

11.1. Não se aplica reajuste ao presente instrumento, em razão de sua execução temporária e concentrada em período inferior à anualidade legal.

12. REPACTUAÇÃO

12.1. Não se aplica repactuação ao presente objeto, por não se tratar de contrato de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Aplicam-se ao presente instrumento as sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato, observado o contraditório e a ampla defesa.

14. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

14.1. O valor mínimo global da outorga onerosa será de R\$ 23.166,66, definido em estudo de viabilidade econômico-financeira específico, que integrará o processo administrativo e servirá de referência para o edital.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Não se aplica dotação orçamentária ao objeto principal, por se tratar de outorga onerosa de uso de bem público, da qual se espera ingresso de receita e não dispêndio direto da Administração para remuneração da concessionária.

16 DA GESTÃO DE RISOS

Os principais impactos potenciais relacionam-se à geração de resíduos, ao consumo de água e energia e à ocupação temporária das áreas. Como medidas mitigadoras, a concessionária deverá promover o correto acondicionamento e descarte de resíduos, zelar pela limpeza e conservação do local, evitar danos ao solo e

às instalações públicas, observar as orientações ambientais e sanitárias aplicáveis e restituir as áreas em condições adequadas ao término do evento.

ASSINATURAS:

Flavia Cristina Faíta Sehn
Secretária Municipal de Agricultura e Expansão Urbana

Jorge Andriani
Responsável pela elaboração do TR

Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana
Endereço: Rua Mansueto Felizardo Vieira, nº 557, bairro Baía, Itajaí/SC
E-mail: agricultura@itajai.sc.gov.br
Telefone: 3346-5500 / 9 9863-5974